

TRADIÇÃO E EXPERIÊNCIA: O COCO EM DUAS COMUNIDADES DE PESCADORES

Henrique J. P. Sampaio



O coco é uma expressão cultural de música, canto e dança, encontrado em vários estados do Nordeste. Na Paraíba, ele tem um espaço determinado, mas não restrito, para seu acontecimento. Pode ocorrer tanto no ambiente rural quanto no urbano, seja no interior, seja no litoral. Apesar das circunstâncias proibitivas, como o horário de silêncio no perímetro urbano e a autorização dos proprietários de terras no meio rural, ele guarda seu caráter espontâneo e casual.

Foi buscando localidades onde é costume acontecer o coco, que me interessei pelos lugares, agentes e formas dessa manifestação. Com tal preocupação, e a partir das pesquisas de campo, foram encontradas duas comunidades de pescadores: a da Praia da Penha (João Pessoa, PB) e a Praia de Jacumã (Conde, PB), locais em que houve interferência de certos elementos na estrutura social e econômica de ambas, que muito contribuíram para o fim da manifestação na primeira, mas que propiciaram melhores condições de permanência dessa na segunda, mobilizando a comunidade.

A busca para a explicação de tal ocorrência foi motivo de novas visitas aos locais onde entrevistamos moradores das duas comunidades e colhemos dados resultantes de observações diretas.

O COCO NA PENHAⁱ

Durante as visitas que fizemos à Praia da Penha, descobrimos que os cocos, enquanto manifestação, já não existiam, senão, na memória dos moradores mais antigos. Entrevistamos duas pessoas dentre aquelas que foram mais importantes na brincadeira do coco naquele lugar — Seu

Bonifácio, conhecido por Seu Vavá, e sua esposa Dona Teresa. Ouvimos os relatos dos dois acerca da força e da importância que essa manifestação tinha para aquela comunidade, a contar do extenso calendário em que esse acontecia — quase todas as comemorações festivas dos santos: São João, São Pedro, Sant’Ana, Dia de Reis, Ano Novo e, às vezes, Natal. Pudemos constatar a preferência dos moradores por esse divertimento, atestada, ainda, pela declaração das pessoas com quem tivemos contato.

Seu Vavá nos falou sobre uma antiga forma de brincar o coco na comunidade, era a festa da carraspana, como chamavam. A festa acontecia depois da novena rezada na igreja, para o santo que estava sendo reverenciado. Alguns já iam para a novena com os instrumentos, para, logo que essa acabasse, saírem agrupados, tocando, cantando e dançando até a casa das pessoas que tinham o mesmo nome do santo, como explica Seu Vavá:

A gente saía com o bumba e ia, aquela multidão de gente, né? Agora, toda a casa que tem João... Nós fomo pro São João, né? A gente chegava na porta e começava a bater. [...] Bater o coco [...] o nome era carraspana, né?

A carraspana durava a noite inteira. Na casa em que se tocavam os cocos, as pessoas agradeciam a visita com a oferta de comidas e bebidas, e assim, depois de festejada a casa, eles partiam para outra.

Considerando que a manifestação tinha grande aceitação entre os moradores, ficamos intrigados com o seu desaparecimento. Quais os

fatores que se interpuseram à sua sobrevivência? Observamos que a realidade da Penha, já bastante modificada, muito diferente daquela que estava na memória dos cocos de Seu Vavá, não permitia a antiga forma de viver.

Os jovens são atraídos pelos modismos veiculados pelos meios de comunicação, que rejeitam os valores já existentes, que levam não só a uma mudança de comportamento, mas também de costumes culturais. Com isso, o coco deixa de contar com a presença dos jovens, o que interrompe o ciclo de troca de experiências, que asseguraria a existência da manifestação no futuro, como também de imediato passou a sofrer com a competição da mídia enquanto forma de diversão. Isso causa um desencanto nos coquistas, que sentem que não podem competir com a música em alto volume vinda de um potente aparelho, apenas com suas vozes e o som de poucos instrumentos, como podemos perceber nas palavras de Dona Teresa:

Depois que começou a aparecer casa de radiola, de música lenta, de lambada, dessas coisas, o pessoal desistiram de coco-de-roda.

Essa é uma declaração lúcida de quem sente o problema bem de perto, nas dezenas de bares, casas de lambada, que tomam boa parte da praia, com a música em todo volume. E quando ela fala “o pessoal desistiram de coco-de-roda”, ela se refere não somente aos jovens que não têm o coco como uma forma de divertimento, mas também à desilusão dos idosos, que, desgostosos com essa interferência, abandonaram de vez a brincadeira.

A desistência não significa que eles não tentaram alguma resistência, entretanto, outras interferências contribuíram para a desagregação da comunidade.

O crescimento da cidade e o interesse das classes média e alta por moradias na região das praias valorizaram muito aquelas terras, gerando a especulação imobiliária. Com isso, o proprietário das terras transferiu a Vila dos Pescadores para longe da praia. Porém somente uns concordaram com a mudança, outros foram morar em lugares distantes e somente alguns poucos resistiram. Assim, as relações de vizinhança foram quebradas, bem como foi reduzida a vivência comunitária, de essencial importância para a brincadeira existir. Apesar da mudança aceita por alguns, estes ainda não têm completa segurança, pois até hoje não receberam a escritura como proprietários de suas casas. Em relação a isso, diz Dona Teresa:

Mas, ele disse que isso aqui não precisa de escritura, que isso aqui é da gente, que pode fazer e desfazer, pode plantar, pode vender, pode emprestar, que ele não tem nada a ver com isso aqui... mas, até aqui, nunca deu papel.

Esse é um tipo de acordo que corre o risco de não ser cumprido pelo proprietário, por ter sido feito verbalmente. É nesse clima de insegurança que vivem os pescadores da Penha ainda hoje.

O declínio da atividade pesqueira foi outro fator que contribuiu para o desaparecimento do coco na Penha. Segundo a explicação dos próprios moradores, ela foi provocada por fatores diversos,

tais como: o encarecimento do material e utensílios usados na pesca (madeira, redes, cordas etc.), a poluição causada pelos navios que passam para o porto de Cabedelo (matando os peixes) e a concorrência dos barcos a motor que, por alcançarem os cardumes com certa facilidade, diminuem a população de peixe, tornando a tarefa dos pescadores do lugar menos produtiva.

Ao lado disso, o empobrecimento foi mais um elemento desagregador. Resultado do enfraquecimento da pesca e da perda do poder aquisitivo da população, em geral, ao obrigar os pescadores a buscarem atividades alternativas de sobrevivência, afetou por demais o tempo comunitário, bem como as relações de amizade e vizinhança indispensáveis para a realização de festas onde se dançava e cantava o coco.

Na busca de atividades alternativas, os jovens integraram-se ao mercado de trabalho, e os mais velhos destinaram-se a fazer biscates e, de certa forma, sem o tempo comunitário, perdeu-se, ainda, aquele tempo indispensável para a transmissão de conhecimentos e experiências, além do sentido do viver comunitário, base para a prática das atividades artesanais e culturais. Nesse sentido, vale lembrar Ecléa Bosi, em seu livro *Cultura de massa e cultura popular*:

Se as condições da vida social que garantem a sua persistência — da comunidade — são ameaçadas, também o folclore entra em crise.ⁱⁱ

Devido a esses fatores, a comunidade começou a se dispersar, perdendo a força e o brilho

de outrora, registrados apenas na memória dos que viveram intensamente aqueles momentos de fervor e felicidade, como nos exemplos de Seu Vavá e Dona Teresa.

O COCO EM JACUMÃ

Nas primeiras visitas a Jacumã em busca de cocos e seus dançadores e cantadores, tivemos notícia de preparativos para uma grande festa comunitária, que se realizaria no dia de São João (24 de junho de 1993).

A princípio, a equipe esperava encontrar uma boa brincadeira como algumas já registradas até então. Porém, a festa superou todas as expectativas. Começou por volta das dezenove horas e só acabou no dia seguinte quando o sol já estava alto. Esse fato despertou minha atenção — como duas comunidades de pescadores viviam momentos tão distintos em relação ao coco?

Feitas outras visitas ao local onde entrevistamos algumas pessoas que moram na Vila dos Pescadores de Jacumã e que costumam brincar o coco, podemos agora demonstrar resultados parciais, que, se ainda não são definitivos, já nos dão uma idéia da diferença encontrada. Ao expor a realidade encontrada na Penha, descobrimos uma forte relação existente entre a comunidade e o coco. Vimos que a desagregação da comunidade foi um dos fatores que determinou o fim da manifestação naquele lugar.

Em Jacumã, da mesma forma, essa relação pode ser comprovada, porém, o dado novo é que a comunidade ainda resiste a algumas das interferências que atentam contra a sua existência.

A carraspana, uma prática essencialmente comunitária, citada por Seu Vavá, embora com outro nome, também existe em Jacumã, ressaltando algumas diferenças. Ainda hoje vestígios dela podem ser encontrados no “banho do rio”, como nos diz Seu Zé Cutia, em seu depoimentoⁱⁱⁱ:

E o povo quando vai, aí chega nas porta e pega a cantar o coco, né? Aí o caba vai e abre as portas, e dá a cachaça e tira-gosto. [...] Porque agora num... Quando sai daqui é direto pro banho, né? Mas antigamente as casa era tudo separada, aí o caba saía de casa em casa acordando o povo... Aí aquele pessoal já sabia.

Como podemos perceber, a festa tem seu caráter comunitário, pois envolve a maior parte dos moradores da Vila dos Pescadores de Jacumã. Esse envolvimento é garantido pela louvação a São João Batista e reforçado pela crença do pessoal da região num milagre da aparição da pequena imagem do santo, no rio Gurujizinho, conforme nos contou Dona Zezé^{iv}:

O que minha mãe conta, porque esse rio que a gente toma o banho de São João foi aonde encontraram... o São João Batista, o padroeiro da gente. Lá tinha um toquinho. Acharam aquele santo. É o que minha mãe conta, que tem 76 ano. Ela nasceu e se criou. É as coisa que o pai dela contava. Aí então, acharam aquele santo lá, era São João Batista. Fizeram uma palhoça pra esse São João Batista, aonde nós fica com o bombo [...] Quando amanhecia o dia, botaram o santo,

porque não existia igreja, e isso é uma das coisas dos ancião da minha mãe. E foi do meu avô. Aí tudo amanhecia o dia, o santo tava lá dentro do rio, em cima daquele toco. Enquanto não construíram o templo dele, eles buscavam ele de dia e ele voltava de noite. Aí botamo' o nome assim: o rio de São João Batista. Quando é a festa de São João, vamo' tomar um banho no rio de São João Batista.

Ao dizer que tais fatos pertenciam ao tempo da mãe e do avô, Dona Zezé nos mostra o caminho inverso da transmissão dos conhecimentos, valores e experiências, reafirmando o caráter tradicional da manifestação. Isso pode ser entendido como uma forma de resistência aos novos valores que são impostos pela modernidade, através de seus instrumentos de dominação e opressão. A festa sofreu algumas modificações com o passar do tempo, mas isso é compreensível, pois a cultura popular não é estática, ela muda como tudo que está vivo. A esse respeito:

Na cultura popular, o novo e arcaico se entrelaçam: os elementos mais abstratos do folclore podem persistir através dos tempos e muito além da situação em que se formaram.^v

Trata-se, então, de elementos de grande significação para a comunidade, ajustados à realidade que ora se apresenta. O sentido do viver comunitário ainda pode ser percebido em outros momentos do cotidiano das pessoas em Jacumã. Elas, frequentemente, estão praticando atividades

conjuntas, ora preparando uma novena, ora uma procissão para um santo que vem de Pitimbu ou de Guruji, ou ainda se quotizando para comprar comida e bebida para alguma festa. Sobre isso Seu Zé Cutia nos fala:

As mulé mesmo faz aquela festa, elas mesmo se ajunta. Faz a... uma comissão, né? Porque... Elas faz aquela comissão pra dar a cachaça, outro dá o tira-gosto, né? Pra quando chegar o dia da brincadeira, aí ninguém num gasta mais, né?

Enquanto na Penha a comunidade se desagregou pelos motivos já explicados, em Jacumã, a comunidade ainda permanece unida, graças a uma resistência que, não por acaso, vem conseguindo resultados positivos.

Se a mídia foi um fator importante para o desaparecimento do coco na Penha, em Jacumã não podemos dizer que ela não exerce sua influência, mas graças à força da comunidade unida, ele consegue persistir com muita vibração nas festas de São João, São Pedro e Sant'Ana. Apesar da concorrência das casas de lambada, com bem menos intensidade que na Penha, o coco ainda consegue atrair a atenção de muitos jovens que incluem na dança passos do *funk*. Dessa forma, o coco sofre algumas transformações, mas garante a sua existência.

A especulação imobiliária foi um fator determinante para a desagregação da comunidade da Penha. Em Jacumã, região que vem sendo cada dia mais valorizada, esse problema esteve e ainda está presente. Também lá, por volta de 1974, isto

significou a transferência dos pescadores do seu local de origem, para uma vila construída por um dos proprietários das terras. Entretanto, a mudança não aconteceu sem resistência, e foi, de certa forma, negociada. Os moradores enfrentaram então a seguinte situação: ou abandonariam suas casas e iriam para as da vila, que, apesar de serem de taipa, seriam deles, com a documentação registrada em cartório ou receberiam, segundo eles, quinhentos mil-réis^{vi} e teriam um caminhão para levá-los onde quisessem.

Proposta semelhante foi feita para os pescadores que residiam numa propriedade vizinha, sendo que esses teriam que se mudar para um vilarejo chamado Guruji, distante alguns quilômetros da praia. Porém, tal proposta não foi aceita, e um acordo feito entre os pescadores e os proprietários das duas terras permitiu que todos fossem morar na vila recentemente construída, que passou a chamar-se Vila dos Pescadores de Jacumã.

Já era costume desses dois grupos de pescadores se juntar para as brincadeiras de coco. Dessa forma, considerando que eles moravam relativamente distante uns dos outros, houve um progresso nas relações de vizinhança e na vida comunitária. A partir de então todas as festas organizadas por eles, dentre elas o coco, ficaram mais animadas, pois contavam com um número maior de pessoas.

Perguntados sobre a mudança de local, se foi melhor ou pior, eles sabem muito bem relativizar a questão, como fica claro nas palavras de Dona Zezé, Dona Analice e Dona Ivanilda^{vii}:

Z - Pra dentro do direito... de ter um documento, foi melhor. Porque com isso ela [*a proprietária*] deu uma declaração. E lá [*na antiga residência*] ninguém tinha, tudo era dono do que é seu, mas não tinha declaração. [...] Agora visto nós ser criado lá, né? De Jacumã, os filho de Jacumã, a gente se sentiu...

A - Sei não... Lá não tinha documento. [...] Eu acharia... que a gente deveria permanecer lá [...] porque os moradores velhos — os nossos pais, nossos avós, fí, construiu casa lá, ficou realmente a ver navio, né?

A mudança, porém, pode ser encarada positivamente, conforme vemos nos seguintes trechos:

I - Porque ficou todo mundo junto, assim, porque antes as casas eram longe uma da outra.

Z - A gente se junta, se organiza melhor, se combina melhor, dá tudo mais certo. Pelo menos, se nós somo uma família da Jacumã pobre, tamo junta... né?

Se, por um lado, foi melhor, devido à proximidade da vizinhança, aumentando a interação social, por outro, os moradores exprimem uma mágoa por terem sido obrigados a deixar a casa e o lugar onde seus avós e pais haviam construído suas vidas, e onde eles e os filhos permaneceriam. Revelam assim, um sentimento de falta de justiça, pois, como entender que o direito de viver em lugar que tinha sido conquistado por gerações inteiras, lhes fora suprimido de uma hora para outra? Para eles é difícil.

O crescimento de Jacumã também é visto por dois lados, um positivo e outro negativo. Permitir a venda do peixe lá mesmo, proporcionar ofertas de emprego e rendas alternativas, é importante para a comunidade. Porém, quando é visto sob a ótica da ocupação do espaço pela burguesia, de maneira autoritária e com arbitrariedade, prejudicando a principal atividade dos pescadores, fica claro o seu lado ruim. Isso logo desperta sentimento de injustiça e de impotência diante dos fatos. É o que fala Seu Zé Cutia, quando perguntado sobre isso:

Não melhor, né? Agora melhor num sentido, né? Porque a gente já pega o pesco da gente, já vende aqui mesmo, né? Sem se preocupar, né? Mas outro... é que tem muitos que já quer invadir a praia [...] porque aí em Carapibu eu tenho uma caiçara...^{viii} [...] Aí queimou minha caiçara. Aí pronto, o dono que comprou um terreno lá fora... aí só deixou mesmo a caiçara pegar fogo. [...] Quando foi noutro dia, ele mandou o empregado passar a estaca de cimento dentro do lugar que eu fiz a minha caiçara e passou o arame... [...] Aí cercou até a beira da praia. É, agora nem a Capitania tem força pra ele, nem o prefeito tem força pra ele, nem o IBAMA tem força pra ele. Porque eu fui a todos três, nenhum resolveram nada...

Como podemos notar no relato de Seu Zé Cutia, a ocupação do espaço, desmesurada e desordenadamente, conta com a inércia que ataca os órgãos responsáveis por esse controle. Assim, os poucos ricos elegem suas praias particulares, segundo seu gosto e vontade, enquanto a maioria

pobre, como é o caso daqueles pescadores, é obrigada a mudar de endereço e de atividade. Esperamos, entretanto, que os pescadores de Jacumã consigam alternativas que lhes permitam continuar se mantendo da pesca e conservando a vida comunitária e a brincadeira do coco que tanto valorizam.

O declínio da atividade da pesca também pode ser notado em Jacumã, mas com intensidade bem menor que na Penha. Os pescadores se queixam de que não há mais tanto peixe como antigamente, mas conseguem compensações que os mantêm nesse trabalho. Hoje eles vendem peixe lá mesmo, também possuem barracas onde vendem bebidas e o seu peixe como petisco. Ainda para complementar a renda da família, as mulheres trabalham como zeladoras, nas casas de veraneio. De um modo geral, não precisam sair de Jacumã para trabalhar, e isso ajuda para que mantenham vivas as manifestações culturais como o coco.

O empobrecimento da população como um todo, causado pela crise econômica que se instalou no país nesses últimos dez anos, não deixou de afetar os pescadores de Jacumã. Eles, com certeza, já tiveram uma situação financeira melhor, pois das casas de taipa que receberam não se encontram mais vestígios. As casas da vila são todas de alvenaria e algumas até grandes se levarmos em consideração que são casas de pobres. Hoje, no entanto, a situação é difícil, mas ainda assim, conseguem se manter da pesca, diferentemente da Penha onde a pesca está sendo substituída, paulatinamente, por outras atividades.

Por todos os pontos elencados, salvaguardando as especificidades de cada lugar, o que numa comunidade explica a razão de não haver a manifestação do coco, na outra ressalta a resistência às interferências existentes. Outras visitas e a continuidade das pesquisas nos darão um quadro mais completo da realidade do coco em Jacumã, que poderá servir de base para uma análise mais abrangente, englobando outras comunidades de pescadores nas quais o coco faz parte de suas práticas culturais.

A pesquisa na comunidade de Jacumã está tendo continuidade e podemos acrescentar que, de 1994 para cá, a pesca e a vida comunitária tiveram um declínio acentuado. Embora eles tenham feito progressos no sentido de constituir uma associação e de construir um centro de comercialização do pescado (a “Colônia dos Pescadores”) numa tentativa de eliminar o intermediário ou de evitar viagens até a capital para vender o seu produto, nada disso foi suficiente para que eles tivessem uma situação econômica e social melhor.

Vários são os motivos que explicam a situação difícil dos pescadores no lugar. Entre os principais estão: o desaparecimento do peixe em decorrência da poluição e desagregação do mangue, resultado do crescimento urbano desordenado; uma experiência desafortunada com o financiamento de barcos a motor — os barcos confeccionados com madeira verde e de baixa qualidade ficaram por muito tempo impedidos de funcionar, o que provocou um endividamento dos pescadores que

não estão conseguindo saldar suas dívidas; por fim, a mudança de atividade produtiva da maior parte dos membros da família que, junto com as interferências do mundo moderno, tem concorrido para um individualismo crescente e o consequente desmoronamento da vida comunitária.

ⁱ Parte dos dados expostos nesse item foi retirada de um texto anterior “Tradição e experiência de vida (um estudo de caso)” de minha autoria em conjunto com Denize B. Rocha, ex-bolsista APB-CNPq.

ⁱⁱ BOSI, Ecléa. *Cultura de massa e cultura popular: leitura de operárias*. Petrópolis: Vozes, 1972, p. 55.

ⁱⁱⁱ Seu Zé Cutia é pescador e morador da Vila dos Pescadores de Jacumã, e nos deu esse e outros depoimentos, que aparecem mais adiante, nos dias 08/08 e 20/11/93.

^{iv} Dona Zezé, bem como as outras mulheres citadas no decorrer deste texto, também reside na Vila. Depoimento colhido no dia 20/11/93.

^v BOSI, Ecléa, op. cit., p. 55.

^{vi} Aqui há uma clara confusão, pois a moeda da época era o cruzeiro. Entretanto, pode se tratar apenas de uma maneira de falar, visto que algumas pessoas ainda cultivam esse hábito.

^{vii} Z corresponde a Dona Zezé, A, a Dona Analice e I a Dona Ivanilda.

^{viii} Caiçara é uma palhoça que serve para proteger os barcos da chuva e do sol e para guardar os apetrechos da pesca. Fica localizada, em geral, na praia, próxima ao ponto favorável de saída para o mar.